

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Perícia avalia conjunto saudita em R\$ 5 milhões ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fundo regional ameaça consenso sobre reforma ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para municípios, texto é apenas "carta de intenções" ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Caos da guerra fiscal ameaça virar zumbi assombrando" ..... 7

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - INFORME DO DIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tive minha compra taxada com valor superior - RECLAMAR ADIANTA ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Relatório tem apoio da CNI ..... 11

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos reabrem nesta sexta; veja como ficam outros serviços ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Ao menos 12 estados e DF dão reajustes a servidores em 2023 ..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributos (Sr. Redator) ..... 15

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto deve ser votado em julho ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hora de decisões na reforma tributária (Editorial) ..... 18

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil mais próximo de ter uma reforma tributária justa - BRASIL NA PAUTA ..... 20

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária promete simplificar sistema e substituir impostos ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Avaliação de subsídios deve sair até julho ..... 23

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer retirar do projeto de desoneração da folha com extensão do benefício para municípios

.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Aposta de deflação em junho ganha força entre economistas.....	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Pobres sentem inflação maior do que os ricos.....	28
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
OCDE ressalta 'avanços' no acesso do Brasil.....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Desemprego estável na OCDE.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA ECONOMIA	
Inflação menor e regra fiscal derrubam juro futuro.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Fazenda já vê alta do PIB acima de 2,4%.....	34
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Pequenos negócios geram quase 80% dos empregos.....	35
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA ECONOMIA	
E se trabalhássemos menos?.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Megaleilão de títulos pré-fixados do Tesouro dá alívio à gestão da dívida.....	38
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Combustível ameaça queda da inflação (Editorial).....	40

# Perícia avalia conjunto saudita em R\$ 5 milhões

A Polícia Federal concluiu a perícia nas joias apreendidas pela **Receita Federal** com integrantes de uma comitiva do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em outubro de 2021, após tentativa de entrada no Brasil sem pagamento de **impostos**. As joias não foram declaradas na época. O conjunto que contava com colar, anel, relógio e brincos de diamantes, inicialmente foi avaliado em cerca de R\$ 16,5 milhões. A investigação, no entanto, concluiu que o conjunto está avaliado em pouco mais de R\$ 5 milhões. O trabalho incluiu ainda a análise individual de pedras de diamantes.

Um dos agentes responsáveis pela investigação chegou a ser enviado até a Suíça para visitar a sede da fabricante de joias. Os peritos conversaram diretamente com os responsáveis pela confecção das joias. O laudo vai complementar o inquérito que corre sob sigilo na PF de São Paulo. Os itens de luxo teriam sido um presente à então primeira-dama Michelle Bolsonaro dado pelo governo da Arábia Saudita. Os peritos da PF analisaram mais de duas mil pedras e também checaram a qualidade do ouro presente nas peças. O valor de R\$ 5,1 milhões corresponde a aproximadamente um terço da estimativa de 3 milhões de euros, ou R\$ 16,5 milhões, que circulou em março deste ano, quando o caso foi revelado pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Um assessor do ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) tentou entrar com os itens no Brasil sem declará-los à Receita. O conjunto da marca Chopard estava em uma caixa de couro, revestida de veludo, e continha um colar de ouro branco com dezenas de pingentes, todos cravejados em diamantes. Um par de brincos, um anel e um relógio de pulso, feitos em ouro e pedras preciosas, estavam na caixa também.

O inquérito da Polícia Federal para investigar pode culminar com denúncia contra os envolvidos por crime de peculato, que é praticado quando um funcionário público usa o cargo para tentar se apropriar de um bem que não é seu. A pena varia de 2 a 12 anos de prisão e multa. Jair Bolsonaro prestou depoimento à PF em abril. Ele negou qualquer irregularidade e afirmou que soube das joias apenas um ano depois da apreensão, mas que não se lembrava quem o avisou sobre elas.

Em 29 de dezembro de 2022, às vésperas do fim do governo Bolsonaro e um dia antes de o então presidente da República viajar para os Estados Unidos, um sargento da Marinha foi enviado em voo oficial pelo gabinete de Bolsonaro ao aeroporto de Guarulhos para tentar pegar as joias.

Além do conjunto retido pela **Receita Federal**, mais dois pacotes de joias presenteados a Bolsonaro foram entregues pela defesa dele à Caixa Econômica Federal. Um conjunto, também com relógio, joias e abotoaduras em ouro, que chegou ao país com a mesma comitiva em 2021, mas não foi barrado, e outro, com relógio Rolex, caneta da marca Chopard prateada; par de abotoaduras em ouro branco, com um brilhante cravejado no centro; anel em ouro branco com diamante no centro e outros em forma de "baguette" ao redor. E ainda uma masbaha (um tipo de rosário árabe), feito de ouro branco e com pingentes cravejados em brilhantes. Esse conjunto foi recebido em 2019.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/06/2023/p1>

# Fundo regional ameaça consenso sobre reforma

*César Felício e Marta Watanabe*

Está ameaçado o consenso entre os governadores em defesa da **reforma tributária**, um dos trunfos com que se contava para que a mudança ocorresse. A desunião que começa a se desenhar, tanto entre Estados quanto municípios, pode ser decisiva para que o texto não avance. Um sinal de problemas são os critérios do fundo regional de desenvolvimento, capitalizado pela União, que deve compensar os governos pelo fim da guerra fiscal.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), vê risco para os Estados do Sul e do Sudeste na proposta do fundo regional. "Quando há Estados querendo tirar regiões inteiras do fundo fica complicado", disse ao Valor.

O ex-presidente do Comsefaz, comitê que reúne secretários de Fazenda, e ex-secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto, avalia que as definições sobre o fundo estão entre as mais difíceis da reforma, pois será complexo ter critérios que atendam a todos. Estados do Nordeste pleiteiam que o fundo seja usado como instrumento para reduzir desigualdades regionais. Já governadores do Sul e do Sudeste querem que o fundo também atenda regiões carentes de seus Estados. Páginas A7 e A12

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187571?page=5&section=5>

# Para municípios, texto é apenas "carta de intenções"

**Cristiane Agostine, Marta Watanabe e Caio Sartori**

Os prefeitos de capitais e grandes cidades são a favor da **reforma tributária** sobre consumo, mas ainda não estão seguros de que o relatório do grupo de trabalho que tratou do tema na Câmara é a melhor proposta, diz o Edvaldo Nogueira (PDT), prefeito de Aracaju e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). O texto, diz Nogueira, é "uma carta de intenções" e as prefeituras entrarão no debater quando o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentar o substitutivo. Por enquanto, afirma, os municípios defendem manter o Imposto sobre Serviços (ISS), "o imposto do futuro", separado do ICMS estadual.

O grupo de trabalho divulgou na terça-feira o relatório com diretrizes para a criação do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) no modelo dual, com Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) federal, reunindo PIS e Cofins, além de um IBS subnacional, juntando ICMS e ISS.

Nogueira diz que a FNP mantém a defesa da PEC 46/2022, que incorporou proposta defendida pelo movimento "Simplifica Já". Essa proposta mantém ICMS e ISS separados e sugere a unificação de legislação para cada um dos **tributos**, com cobrança no destino. "O ISS tem tendência de crescimento. Nos anos 2000, o imposto representava cerca de 5% da receita corrente líquida das prefeituras e agora chega a quase 16% em várias cidades. O ISS é um imposto do futuro, porque tudo está virando serviços." A manutenção do ISS é fundamental para garantir autonomia municipal, diz Nogueira.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), é contra o fim do ISS e afirma que a cidade poderá perder entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões anuais. O grupo de trabalho da **reforma tributária**, porém, avalia uma perda menor. Nunes é crítico também da criação de um comitê para fazer a compensação e divisão dos recursos do IVA.

O prefeito de Santo André (SP), Paulo Serra (PSDB), diz que a reforma proposta representa "uma tragédia para os municípios médios e grandes". "A região metropolitana de São Paulo, por exemplo, passou por um processo de desindustrialização e o que salvou foi o ISS. Perder o ISS seria devastador", diz.

Serra afirma que a reforma precisa garantir

compensações, se o ISS for extinto. "Os prefeitos não querem uma compensação que dependa do governo federal, de quem estiver na Presidência. É

perigoso politicamente." Sua principal preocupação é com o comitê que vai gerir a distribuição do IVA. "Imagina o poder que o presidente do comitê terá sobre os médios e grandes municípios", diz. "Não podemos ficar reféns."

O prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB), diz que, em princípio, é a favor da unificação dos **impostos**, desde que haja a garantia, por lei, de que tudo o que é arrecadado pelo ISS volte para o município de origem. Morando, porém, reclama que a proposta não traz essa garantia. "Falta transparência sobre como será conduzida. 100% do meu ISS ficará com o meu município ou vai ser dividido com outros? Quem vai fiscalizar a arrecadação? O município ou a **Receita Federal**? Se for a Receita, vai aumentar a sonexação", diz. "A proposta deixa dúvidas sobre como os recursos arrecadados voltarão aos municípios.

Vai ter um integrante da prefeitura nesse comitê?", questiona. "Se garantir que tudo o que o município arrecada voltará, eu apoio."

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), não quis comentar. Homem-forte do gestor carioca em Brasília e ex-secretário de Fazenda do Rio, o deputado Pedro Paulo (PSD) afirma que é preciso entender qual será o grau de autonomia dos municípios para tocar a política tributária. "No Rio, por exemplo, aprovamos um incentivo verde, com a redução de ISS para empresas que diminuam a emissão de carbono. Temos também desconto de IPTU para incentivar a retomada do centro da cidade. Vamos perder a autonomia dessas políticas tributárias e entregar para Brasília?", questiona.

Em fevereiro, Paes fez críticas fortes ao secretário do Ministério da Fazenda responsável pela **reforma tributária**, Bernard Appy. Ao reclamar do fim do ISS, chamou o economista de "técnico autoritário". Paes disse que a Constituição elevou os municípios a entes federativos e afirmou que essa independência "só pode se dar na prática com a capacidade arrecadatória própria dos governos locais".

Prefeito de Ribeirão Preto (SP), Duarte Nogueira (PSDB) avalia que a reforma deve ser aprovada com a unificação dos **tributos**, apesar da pressão. Para ele, os prefeitos precisam negociar medidas para compensar o fim do ISS e garantir que os sacrifícios não sejam só dos municípios.

"Os prefeitos não têm como tirar o ISS da proposta de unificação, é uma luta inglória", diz. "A reforma é importante e o relatório tem garantir que o sacrifício seja de todos os entes."

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5  
&section=5](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5&section=5)**

# "Caos da guerra fiscal ameaça virar zumbi assombrando"

**Marta Watanabe**

O relatório do grupo de trabalho da **reforma tributária** da Câmara dos Deputados segue muito do que se discutiu no âmbito das duas PECs defendidas pelo governo, mas traz recomendações que mostram já impacto de pressões e lançam preocupação em relação ao que pode vir no substitutivo. São pontos como os relativos a incentivos de ICMS, quantidade de alíquotas do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e definição do Fundo de Desenvolvimento Regional, que podem trazer riscos ao novo sistema tributário proposto.

A avaliação é de José Tostes Neto, consultor, ex-secretário especial da **Receita Federal** e ex-secretário de Fazenda do Pará. Baseado em debates sobre as PECs 45/2019 e 110/2019, o relatório, diz, lança diretrizes que só ficarão mais claras na "hora da verdade", quando o substitutivo de emenda constitucional da reforma for apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do tema na Câmara.

O relatório apresentado sugeriu o estabelecimento de um IBS dual, com um imposto no âmbito federal e outro subnacional, a ser gerido por Estados e municípios. O IBS seria no modelo de um "IVA moderno", cobrado no destino, com base ampla e com não cumulatividade plena.

Ex-presidente do Comsefaz, comitê que reúne secretários de Fazenda, e reconhecido por sua habilidade na promoção do diálogo entre Estados, Tostes acredita que definições relativas ao Fundo de Desenvolvimento estão entre os temas mais difíceis da reforma.

A diretriz do grupo de trabalho, de que o fundo deve ser primordialmente financiado pela União, diz Tostes, é uma novidade, mas ele destaca que essa discussão já foi feita várias vezes e que o aporte sugerido pelo governo federal sempre foi considerado insuficiente.

Tostes ressalta ainda que hoje o consenso entre os governos estaduais não é o mesmo de 2019. Estados do Nordeste têm pleiteado que a emenda traga expressamente critérios de distribuição de recursos do fundo que tenham como objetivo reduzir desigualdades regionais. Alguns Estados do Sul e

Sudeste pedem que o fundo também considere a cobertura de incentivos de ICMS que estão convalidados até 2032. Tostes lembra que no Sul e Sudeste os Estados também querem recursos do fundo para as suas microrregiões mais carentes.

Para ele, o relatório foi subjetivo ao recomendar "poucas alíquotas" ao IBS e foi dúbio ao admitir o cashback e ao mesmo tempo recomendar avaliar a continuidade do tratamento diferenciado à cesta básica, algo que pode "abrir a porteira" para muitas outras coisas.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

## Benefícios do ICMS

Há um conjunto de benefícios de ICMS convalidados até 2032 pela Lei Complementar 160/2017. O relatório recomenda que eles sejam "respeitados" e que o substitutivo defina a formatação necessária para cumprimento disso. A diretriz não é clara de como isso será feito, se seguirá a trajetória descendente da extinção do ICMS, mas reflete pressão dos beneficiários dos incentivos. Só vamos saber quando sair o substitutivo. Por enquanto traz preocupação de levar ao novo imposto o caos da guerra fiscal do ICMS. Se isso acontecer, o novo imposto começará contaminado e doente. Esses incentivos serão como "zumbis" que, mesmo mortos, continuam assombrando.

Há poucos estudos sobre o montante desses benefícios. Um recente, da Febrafite [federação que reúne fiscais de **tributos** estaduais], estima que esses benefícios somariam para 2023 renúncia de ICMS de R\$ 227 bilhões, o que corresponderia a 31% da arrecadação de ICMS. Como transferir esse montante, que é significativo, para o novo imposto que vai ser criado, já que a diretriz é respeitar isso até 2032?

## Cesta básica

A proposta teórica do IVA, alinhada com as boas práticas, é o benefício da cesta básica ser extinto e, para compensar isso, conceder o cashback à população de baixa renda. O relatório é dúbio ao admitir o cashback e ao mesmo tempo recomendar avaliar a continuidade do tratamento diferenciado à cesta básica. Isso pode levar ao IBS as

inconsistências atuais do benefício, que tem definições diversas entre os Estados.

Estudos demonstram que o incentivo favorece as classes mais altas de renda. Na verdade quem deveria ser beneficiada é quem menos usufrui do benefício. O benefício é elitista, vai contra proposta de maior uniformização de alíquotas e também traduz pressão de setores. Começar com essa exceção é abrir a porteira para muitas outras coisas.

#### Poucas alíquotas

Sabe-se que o ideal seria a alíquota única para o IBS. Se isso não é possível, vamos migrar para quantas? Duas ou três? O relatório poderia definir isso, mas recomenda que o IBS tenha "poucas alíquotas". É muito subjetivo e abre a possibilidade às reivindicações. Considerando as quase centenas de alíquotas que temos hoje, dez alíquotas, por exemplo, seriam poucas. Mas, considerando a alíquota única ideal, dez são muitas. Cada setor, cada grupo quer ter seu sistema tributário particular, customizado. Surgirão demandas infinitas. Há dificuldade para gerir um imposto com muitas alíquotas. As discussões judiciais que existem hoje são em parte em função da infinidade de alíquotas e classificações. Se abrir isso no novo imposto, vamos transferir para ele todo esse contencioso que existe hoje.

#### Bens e serviços na emenda

O grupo de trabalho recomendou evitar a aplicação de alíquotas diferenciadas a setores da economia como um todo, mas limitar isso a alguns bens e serviços relacionados a determinados setores a serem elencados na emenda constitucional. Isso evita que, na lei complementar, uma alíquota reduzida seja generalizada para um setor inteiro. Mas ao admitir alíquotas reduzidas a determinados tipos de bens e serviços a serem definidos na emenda, abre-se também oportunidade de pressão para enquadramento no imposto reduzido dentro do texto constitucional.

O substitutivo deve apresentar alguma proposta e vão aparecer emendas para incluir os mais diversos tipos de bens e serviços. Não é tecnicamente desejável levar essa definição para o texto da Constituição.

#### Não cumulatividade plena

O relatório sugere a não cumulatividade plena esperada para o novo imposto. Mas há ainda grande desconfiança de que a não cumulatividade plena vai funcionar. Isso é resultado do gigantesco contencioso que existe, decorrente das legislações de ICMS, do PIS e da Co-fins, que deixam margem para

interpretações distintas e acabam levando a ações judiciais. Mas a construção do novo imposto dentro de um modelo de não cumulatividade plena só será possível se de fato as regras do IBS foram construídas dentro de um modelo de um IVA ideal.

Há corrente que defende que os créditos acumulados de ICMS, por exemplo, sejam aproveitados no IBS. Isso, na minha avaliação, pode comprometer a não cumulatividade plena do novo imposto. Há Estados que não têm como honrar isso hoje com os créditos de ICMS. Como isso será honrado no IBS? É preciso uma solução para isso.

#### Fundo de desenvolvimento 1

O relatório recomenda a participação da União em um Fundo de Desenvolvimento Regional, ponto que foi novo. Mas sabemos que a União tem limitações nesse sentido, até porque já existem fundos regionais. E atualmente o governo federal ainda discute a criação de um novo arcabouço fiscal. Em 2012 o governo federal propôs

aporte de R\$ 480 bilhões em dez anos, o que não era valor desprezível, mas foi considerado insuficiente pelos Estados. A capacidade de aporte hoje parece que é muito menor do que há 11 anos. Haverá dificuldades em definir montante que agrade a todos.

#### Fundo de Desenvolvimento 2

Será também muito difícil encontrar critérios de distribuição dos recursos do Fundo que atendam ao conjunto dos Estados. Os Estados do Nordeste têm posição legítima ao defender que o fundo seja usado como instrumento para redução das desigualdades regionais. Por outro lado, os governadores do Sul e Sudeste defenderam há poucos dias que esse fundo também seja usado para desenvolver microrregiões dos seus Estados que são carentes e que, na visão deles, também precisariam receber recursos.

Chamou minha atenção que, quando mencionou o tema na apresentação do relatório, o deputado Aguinaldo Ribeiro esclareceu que o fundo deverá ser de "amplitude nacional" [diferentemente de fundos setoriais que atendem a algumas regiões]. Certamente ele está preocupado com essa divisão de opiniões entre os Estados. O relatório menciona a sugestão [do deputado Sidney Leite (PSD-AM)] para que se leve em consideração, na distribuição dos recursos do fundo, os mesmos critérios de partilha do FPE [Fundo de Participação dos Estados]. Creio que isso não será aplicado, porque esses critérios não são considerados adequados e toda vez que se tentou mudá-los não houve consenso.

## Transição federativa

O período de transição federativa é outro ponto difícil. O relatório fala em "período longo", sem delimitar prazo. Os Estados que avaliam que terão perdas com a reforma querem a transição mais longa possível e querem que seja assegurada a manutenção dos níveis de arrecadação atuais, uma equação difícil. Já os Estados que ganharão querem transição mais curta. Será difícil encontrar o meio termo.

É inegável que haverá ganhadores e perdedores tanto do ponto de vista federativo quanto entre os contribuintes. A carga tributária total poderá ser mantida, mas a distribuição dela será alterada. Teremos setores com aumento de carga e outros com redução e não há como ser diferente. Isso acontece em qualquer reforma.

"Manutenção do tratamento diferenciado à cesta básica pode abrir porteira a muitas outras coisas"

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5  
&section=5](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5&section=5)**

# Tive minha compra taxada com valor superior - RECLAMAR ADIANTA

**ÁTILA A. NUNES**

É ilegal taxar um produto com valor superior ao de compra, porém pode haver erro ou fraude quando da declaração do valor do produto ou de sua classificação tarifária.

"A base de cálculo para a tributação de produtos importados é o valor aduaneiro, isto é, o valor da transação comercial acrescido dos custos de transporte e seguro até o ponto de entrada no país. Deve ser um reflexo do valor real da transação comercial e arbitrariamente aumentado pela autoridade fiscalizadora. Neste último caso, é possível contestar a cobrança da taxa e solicitar a revisão do valor e seu reembolso", explica o advogado Daniel Blanck.

Para solicitar o reembolso, é preciso entrar em contato como vendedor e solicitar uma nota fiscal comprovando o valor real da compra. Em seguida, faça contato com a alfândega ou o órgão responsável pela tributação e solicite a revisão do valor da taxa. Se a revisão for aceita, poderá haver reembolso do imposto pago em excesso.

Além da **legislação tributária** específica, há normas e regulamentações expedidas pelo Ministério da Economia e pela **Receita Federal do Brasil**, com procedimentos de importação tais como a definição de alíquotas e critérios de cálculo para as taxas aduaneiras.

Caso haja alguma disputa ou contestação referente à tributação de produtos importados, órgãos como a **Receita Federal** e a Justiça Federal avaliarão o caso, conforme a legislação vigente, salienta Átila Nunes, advogado do serviço [www.reclamaradianta.com.br](http://www.reclamaradianta.com.br). O atendimento é gratuito pelo e-mail [juridico@reclamaradiantacom.br](mailto:juridico@reclamaradiantacom.br) ou pelo WhatsApp (21) 993289328.

Casos resolvidos pela equipe do Reclamar Adianta (WhatsApp :21 -99328-9328 - somente para mensagens): Irene Vieira (Banco do Brasil), Priscila Alves (Magalu), Ingrid Montovani (Comlurb).

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/11239/09-06-2023.html>

# Relatório tem apoio da CNI

## **Edla Lula**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elogiou o relatório do Grupo de Trabalho (GT) da **reforma tributária** da Câmara dos Deputados, divulgado nesta semana. Na avaliação da entidade, o novo modelo tem a capacidade de acelerar significativamente o crescimento econômico e beneficiar toda a população, com mais empregos e mais renda. A introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o fim da cumulatividade são algumas das mudanças apontadas como positivas.

Em nota, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, pediu que a mudança no sistema de tributação do país seja aprovada "com urgência" no Congresso Nacional e afirmou que a reforma tem potencial de acelerar o crescimento da economia brasileira.

"Postergar a reforma é impedir que os brasileiros tenham melhor qualidade de vida, por isso, não podemos mais perder tempo. É preciso aprovar a reforma com urgência", disse.

O relatório do GT da **reforma tributária** foi apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata do tema na Câmara, na última terça-feira (6). A expectativa é que o texto final vá para votação no plenário da Casa na primeira semana de julho.

"Essa reforma é aguardada há mais de 30 anos e, segundo estudo da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), deve gerar crescimento adicional de 12% no **PIB** (Produto Interno Bruto) do país em 15 anos. Isso significa dizer que, se a reforma já tivesse sido feita há 15 anos, hoje cada brasileiro teria R\$ 5.772 a mais em sua renda anual", afirmou o presidente da CNI.

Com a reforma, o Brasil passará a ter um IVA-Dual no lugar de cinco **tributos**: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Serviços (ISS). O IVA será dividido em dois **tributos** sobre valor agregado: um federal (CBS) e um subnacional (IBS). "Esse novo modelo elimina várias distorções, simplifica e dá mais transparência à tributação sobre o consumo", afirmou Andrade.

Na avaliação da entidade, uma das principais virtudes do novo modelo é o fim da cumulatividade.

"Essa distorção presente no sistema tributário brasileiro gera uma tributação extra e oculta conhecida como "resíduo tributário", que penaliza as empresas brasileiras, seja quando tentam exportar, seja na competição com o produto importado no mercado brasileiro", informou o **comunicado**.

A **reforma tributária** será tema de mais um Correio Debate, seminário do Correio Braziliense, que será organizado em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), no próximo dia 20. O evento contará com a presença de autoridades e vários especialistas e será transmitido pelas redes sociais do jornal.

## **Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/09/all.pdf>

# Bancos reabrem nesta sexta; veja como ficam outros serviços

*Do UOL, em São Paulo*

Diversos serviços essenciais voltam a funcionar nesta sexta-feira (9), emenda do feriado de Corpus Christi . Os bancos, por exemplo, funcionam normalmente hoje. Veja como ficam outros serviços:

Os bancos abrem no horário normal. As contas de consumo, como água e energia, e carnês com vencimento na quinta-feira (8) podem ser pagos nesta sexta (9) sem cobrança de multa. Boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos também podem ser pagos via DDA (Débito Direto Autorizado).

As agências dos Correios funcionam normalmente.

As negociações funcionam normalmente nesta sexta.

As agências do **INSS** não abrem nesta sexta. O **INSS** diz que atendimento pela Central 135 funcionará normalmente das 7h às 22h.

O Meu **INSS** funciona normalmente, assim como o aplicativo do celular (disponível para iOS e Android ). Pela internet ou pelo app, dá para pedir benefícios, emitir extratos, cumprir exigências e agendar atendimento presencial.

Os postos devem funcionar de segunda a sábado, no mínimo, das 6h às 20h. A ANP determina que os postos devem abrir inclusive nos feriados.

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/06/09/bancos-reabrem-nesta-sexta.htm>

# Ao menos 12 estados e DF dão reajustes a servidores em 2023

Em geral, as recomposições baseiam acompanhar a **inflação** e vêm apesar do aperto nas finanças que desafia as unidades da federação.

Ainda assim, há insatisfação entre **servidores públicos** estaduais que estavam com aumentos represados e cobram reajustes maiores.

O caixa dos estados vem sendo pressionado pela geração menor de receitas, por perdas com as mudanças na cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias Serviços). O tributo é a principal fonte de arrecadação das unidades.

Às vésperas das eleições de 2022, uma lei limitou a cobrança de ICMS em produtos e serviços como combustíveis e energia elétrica. A medida do governo Jair Bolsonaro (PL) buscou baixar os preços pela corrida eleitoral.

"Essa redução da receita tem ligação direta com as mudanças que a gente teve no ICMS", explica Lívio Ribeiro, sócio da consultoria BRCG e pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Segundo painel atualizado pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), a arrecadação de tributos estaduais (ICMS, IPVA e outros) foi de R\$ 278,8 bilhões no período de janeiro a abril deste ano. Esse número equivale a uma baixa de 2,6% ante igual período de 2022.

Além do ICMS, a queda dos preços de commodities como petróleo e minério de ferro e a desaceleração da atividade econômica também jogam contra a arrecadação dos estados.

"Pelo lado dos estados, a situação de receita piorou. Olhando para frente, pode até diminuir a contração. Mas parece pouco provável uma grande retomada na geração de receitas", avalia o pesquisador.

No início de junho, entrou em vigor novo modelo de cobrança do ICMS sobre produtos como a gasolina, que passa a ter alíquota única em reais por litro em todos os estados e no Distrito Federal.

Com isso, espera-se estímulo ao caixa das unidades da federação e pressão sobre os preços nas bombas

de 22 estados e do DF.

"A demanda por reajustes existe, e em muitos casos é meritória, mas tem de se enquadrar a uma realidade. Não pode ser feita de maneira açodada", diz Ribeiro.

Entre as 27 unidades da federação, todas consultadas pela Folha, pelo menos 12 estados e o DF anunciaram ou aprovaram reajustes lineares.

Outros 11 estados vivem situações diversas - desde os que deram aumentos a categorias específicas até os que ainda estudam ou descartam reajustes lineares por ora.

Três estados não comentaram o assunto: Pará, Rio Grande do Norte e Rondônia.

Um dos estados indefinidos é São Paulo. O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) diz que trabalha em proposta de reajuste salarial para todos os servidores em 2023. Mas ainda não enviou projeto para a Assembleia Legislativa do Estado.

"O que posso dizer é que a gente vai ter um ganho real para todo o funcionalismo, alguma coisa acima da **inflação**", disse o governador em entrevista na última semana.

Enquanto servidores seguem em compasso de espera, foi aprovado na semana passada um aumento salarial específico para as forças de segurança, com impacto estimado em R\$ 2,5 bilhões.

Também há indefinição em Minas Gerais. O governo Romeu Zema (Novo) afirma estar no limite prudencial da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e que, por isso, só seria possível conceder neste ano uma recomposição das perdas inflacionárias.

"Essa definição depende ainda, no entanto, de garantia de disponibilidade de caixa que possibilite o pagamento, o que está em análise pelo Poder Executivo", afirma o governo, em nota.

Em Santa Catarina, o governo Jorginho Mello (PL) não tem previsão de reajuste para servidores no horizonte e sinaliza preocupação com a queda de receita e o aumento do gasto com funcionalismo no ano passado.

O estado lançou o Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina, que, entre outras medidas, suspende reajustes para o funcionalismo entre 1º de maio de 2023 e 1º de maio de 2024.

Também não há previsão de reajuste linear no Rio Grande do Sul. O governo Eduardo Leite (PSDB) argumenta que a queda de arrecadação aumentou a fatia de gastos com salários de 41,3% para 47,8% da receita corrente líquida, ultrapassando o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 46,5%.

Uma mudança de entendimento passaria por aumento de receita, o que não está previsto em um futuro próximo. O governo gaúcho, contudo, concedeu em abril passado reajuste de 9,45% aos professores, ajustando os vencimentos ao piso nacional da categoria.

Na Bahia, o governador Jerônimo Rodrigues (PT) encaminhou reajuste linear de 4% para os 270 mil servidores estaduais, incluindo pensionistas, aposentados e profissionais com contratos temporários.

A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa sob protestos dos servidores, que pleiteavam um aumento de 9%. Os reajustes terão um impacto de R\$ 1,3 bilhão nos cofres estaduais.

Na semana seguinte, contudo, os servidores tiveram um revés: o governo aumentou em 4% e 8%, a depender do vencimento, a contribuição dos servidores ao Planserv, plano de saúde dos servidores.

No Acre, o governo Gledson Cameli (PP) concedeu um aumento geral de 20,32%, que será aplicado em quatro parcelas anuais de 5,08%.

No DF, o governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou projeto semelhante reajustando em 18% os salários dos servidores. O aumento linear será dado em três etapas de 6% a cada ano.

Leonardo Vieceli, João Pedro Pitombo, Douglas Gavras, Catarina Scortecci, Leonardo Augusto, Caue Fonseca, José Matheus Santos e Lucas Marchesini

[Nos estados], a situação de receita piorou. (...) Parece pouco provável uma grande retomada na geração de receitas

Lívio Ribeiro

pesquisador associado do FGV|Ibre

**Site:**

***[Chrome.google.com/webstore/detail/orangemonkey/ekmepjgajofkpiofbebgbobhmfldaf?hl=en](https://chrome.google.com/webstore/detail/orangemonkey/ekmepjgajofkpiofbebgbobhmfldaf?hl=en)***

## Tributos (Sr. Redator)

Não é tarefa fácil mudar o sistema tributário no Brasil. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem enfatizado seu compromisso em fazer a **reforma tributária** ainda nesse semestre. A **reforma tributária** brasileira de 1965 revogou a confusa tributação do consumo, cobrada em cadeia nas três esferas do governo. Os ganhos de produtividade contribuíram para o forte crescimento da economia dos anos seguintes. O defeito de origem comprometeu o nosso Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que foi dividido em IPI (federal), ICM, depois ICMS (estadual), e ISS (municipal), esse último em cascata. Os estados não podiam alterar alíquotas e bases de cálculo. O Confaz cuidava da harmonização. A situação piorou com a nova Constituição. O ICMS é agora regido por 27 legislações, incontáveis alíquotas e confusos regimes. O Simples tornou-se necessário a pequenas e médias empresas, mas reintroduziu o efeito cascata. Regredimos décadas. O IVA incide apenas sobre o valor agregado em cada etapa. Por exemplo, se o preço ao consumidor for 100 reais e alíquota for 15%, a soma de todos os valores cobrados será 15 reais. Não há mais o efeito cascata. Com o IVA, as empresas produzem o que fazem de melhor, adquirindo de fornecedores o restante. A produtividade, o crescimento, o emprego e a renda se expandem. As exportações são desoneradas. O IVA vigora em mais de 150 países. A exceção são os Estados Unidos, onde o imposto é cobrado apenas na venda final ao consumidor, evitando a cascata. A Índia aprovou um modelo coordenado de IVA nacional, o que pode aumentar o **PIB** potencial em dois pontos percentuais por ano. Tal mudança teria efeito semelhante no Brasil. Quem se opõe a uma reforma desse tipo diz que ela fere a autonomia estadual, esquecendo que o IVA nacional é a forma de tributação do consumo em federações relevantes. É hora de ousarmos substituindo todos os disfuncionais e falidos **impostos** sobre consumo por um eficiente IVA nacional. Empresários e comerciantes em geral aguardam ansiosos a solução desse imbróglio tributário, que o Congresso vem procrastinando há décadas.

Renato Mendes Prestes Águas Claras

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/09/all.pdf>**

# Texto deve ser votado em julho

Em uma tentativa de deslanchar as negociações da **reforma tributária**, o relator na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou as linhas gerais da proposta e afirmou que a migração para o novo sistema pode ter uma transição maior para acomodar benefícios fiscais já concedidos por estados e municípios e que foram convalidados pelo Congresso Nacional até 2032.

O tema é um dos principais impasses que podem travar o avanço da reforma no Congresso Nacional. A informação da negociação de uma transição maior foi antecipada pela Folha.

O documento com as diretrizes foi aprovado de forma simbólica pelos deputados e traz princípios gerais que são consenso entre parlamentares. Mas a materialização do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) ainda depende de novas conversas com as bancadas.

Segundo Ribeiro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o substitutivo será apreciado no plenário na primeira semana de julho. Para ser aprovada, a PEC precisa de ao menos 308 votos favoráveis, em dois turnos.

Ao iniciar a leitura do relatório, Ribeiro defendeu a importância da aprovação da **reforma tributária** após décadas de tentativas fracassadas. "Essa não é uma reforma de governo. Não é uma reforma ideológica. Não é reforma de direita, não é reforma de esquerda, é uma reforma estrutural do Estado brasileiro", disse.

Ele também elogiou o ministro Fernando Haddad (Fazenda), que desde a transição elencou a proposta como uma de suas prioridades na condução da política econômica.

Em um momento de dificuldades de articulação da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que haverá forte esforço em prol da aprovação da reforma. "Nós vamos mobilizar nossa base, mobilizar os líderes, mobilizar o governo para dar legitimidade política e arrumar voto para que vocês coroem esse extraordinário trabalho", afirmou.

Um dos pilares do relatório do GT é a fusão de PIS, Cofins e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que será chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). O sistema será dual: significa que

uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal, e a outra, por estados e municípios.

Também será criado um imposto seletivo, que não tem uma finalidade arrecadatória e é aplicado sobre bens e serviços cujo consumo o governo pretende desestimular (como cigarros e bebidas alcoólicas). Alguns parlamentares defendem também aplicá-lo para coibir atividades poluentes.

## OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

IVA Cinco **tributos** sobre o consumo (PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS) serão substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) geral de base ampla cobrado no destino (local onde o produto/serviço é consumido, e não produzido, como é hoje). O imposto, chamado de Imposto sobre Bem e Serviços (IBS), incidirá sobre todos os bens e serviços que existem ou que venham a existir. O novo imposto não poderá incidir sobre ele mesmo, como acontece hoje.

IVA DUAL O IVA será dual: um do governo federal e outro compartilhado entre Estados e municípios. Ao invés de um IBS único (compartilhado por União, Estados e municípios), a União arrecada separadamente a sua parcela na tributação (unificando PIS/Cofins e IPI) e os Estados e municípios, a deles (unificando ICMS e ISS).

ALÍQUOTAS Haverá uma alíquota padrão, permitindo-se outras alíquotas para bens e serviços específicos. As alíquotas diferenciadas devem ser aplicadas apenas a determinados casos. O Grupo de Trabalho do Congresso recomenda o tratamento especial apenas bens e relacionados à saúde, educação, e transporte público, coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano e aviação regional, bem como produção rural. Além desses, deve-se avaliar a possibilidade de manter o tratamento diferenciado aos produtos da cesta básica. O texto evita falar em setores, mas sim em bens e serviços.

REGIMES ESPECIAIS Operações com bens imóveis, serviços financeiros, seguros, cooperativas, combustíveis e lubrificantes, que necessitam de sistemas de apuração próprios, deverão ter regimes especiais, como acontece na maior parte dos IVAs internacionais. A recomendação é de que não haja redução de carga tributária.

IMPOSTO SELETIVO Recomenda-se que haja um imposto específico sobre alguns produtos para

desestimular seu consumo, como cigarro, bebidas e produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A ideia é que esse novo imposto venha a compensar, pelo menos em parte, a diminuição de receita gerada pela extinção do IPI, contribuindo para a redução da alíquota de equilíbrio do IBS federal.

**SIMPLES NACIONAL** Empresas do Simples Nacional poderão optar entre dois modelos de recolhimento. A primeira opção é que o contribuinte prossiga no recolhimento unificado dos **tributos** abarcados pelo Simples Nacional (inclusive o IBS), de forma semelhante ao funcionamento atual. Será permitido que pessoas jurídicas que adquiram bens e serviços de empreendimentos enquadrados no Simples se apropriem de créditos. A segunda alternativa para as empresas do Simples é recolher o IBS conforme o regime normal de apuração, sem prejuízo de continuar no regime simplificado em relação aos demais **impostos**.

**ZONA FRANCA DE MANAUS** Garantia dos incentivos dos empreendimentos da região, previstos até o ano de 2073, enquanto se avança num novo modelo que ganhe em eficiência e competitividade, garantindo a expansão de empregos.

**IPVA PROGRESSIVO** Permite a possibilidade de o IPVA ser progressivo em razão do impacto ambiental do veículo. Essa alteração está em linha com as propostas ambientais mais modernas defendidas mundialmente e caminha no mesmo sentido dos acordos de adequação de emissão de carbono em que o Brasil é signatário. Trata-se de uma proposta, portanto, em sintonia com o contexto mundial atual em relação tanto à tributação quanto à defesa do meio ambiente.

**IPVA PARA LANCHAS E JATINHOS** O texto recomenda a incidência do IPVA sobre veículos aquáticos e aéreos. Hoje, o imposto apenas incide sobre veículos automotores terrestres. A intenção é a de deixar transparente no texto constitucional de que essa tributação abrange barcos e a aviões.

**CASHBACK** Recomenda-se que a reforma preveja um sistema de cashback, que é a devolução de de parte do imposto para famílias de baixa renda. A sugestão do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) trata da possibilidade da devolução imediata do imposto no ato da compra.

**PLATAFORMAS DIGITAIS** A cobrança do IVA alcança bens e serviços fornecidos por meio de plataformas digitais, negócios que funcionam através de tecnologia. A tributação vai alcançar inclusive aquelas sediadas no exterior.

**DEVOLUÇÃO DE CRÉDITOS** O novo sistema deve garantir a devolução de créditos acumulados do IBS no mais breve espaço de tempo possível, com prazo máximo de 60 dias.

**TRANSIÇÃO** A transição dos **tributos** atuais para o novo modelo deverá ser feita ao longo de alguns anos. O texto do relatório não fala nos prazos. Diz apenas mudança será mais rápida para o PIS e a Cofins (**tributos** federais) e gradual para o ICMS (estadual) e o ISS.

(municipal) **CARGA TRIBUTÁRIA** A transição será feita de modo a manter a arrecadação dos **tributos** atuais como proporção do **PIB**. Em nenhuma hipótese haverá aumento da carga tributária.

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL** Será um fundo de amplitude nacional, diferentemente de fundos setoriais que atendem apenas algumas regiões, como o do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FDN). Recomenda-se que o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) seja financiado, primordialmente, com recursos da União. Os critérios de distribuição dos recursos devem ter o objetivo de redução de desigualdades regionais e o estímulo ao desenvolvimento e geração de emprego e renda. A sugestão é de que seja feito o mesmo critério de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Recomenda-se a aplicação dos recursos do fundo em fomento à atividade produtiva, investimentos em infraestrutura e inovação, com priorização de projetos ambientalmente sustentáveis.

# Hora de decisões na reforma tributária (Editorial)

A **reforma tributária** deve ir ao debate do plenário da Câmara dos Deputados no início de Julho, se tudo correr bem. O relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), consolidou as principais propostas existentes, a PEC 45/2019, elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal, quando Bernardo Appy, atual secretário especial do governo Lula, era seu dirigente, e a PEC 110/2019, que corria no Senado. A parte mais difícil vem agora, já que o relatório deixou em aberto as principais questões, entre elas, a das alíquotas e seu número - pela PEC 45 seria uma apenas.

O Congresso tem a chance, que não deveria ser desperdiçada, de corrigir um sistema caótico, que demanda tempo enorme para cumprimento das normas, é injusto e desigual. Os parlamentares têm de saída um bônus: é difícil, embora não impossível, piorar um regime tributário tão ruim. Compilando-se **tributos** federais, estaduais e municipais, desde a Constituição de 1988 foram editadas 460 mil normas tributárias. Boa parte desta barafunda legal desagua na Justiça, congestionando-a. Há R\$ 559 bilhões em litígios diversos nos tribunais, já incluídos os que questionam as inomináveis cumulatividades de **impostos** na base de cálculo de outros **impostos**. Até quando era publicado, o relatório "Doing Business" do Banco Mundial situava o Brasil nos últimos lugares entre mais de 100 nações pela dificuldade e tempo gasto para atender as obrigações legais.

No início do governo de Jair Bolsonaro, quando as duas PECs surgiram, houve real possibilidade de aprovação de uma reforma. Aconteceu então algo raro: os principais alvos da reforma, governadores e prefeitos, sempre reticentes, mostraram-se favoráveis a mudanças, enquanto o Executivo, que sempre as propôs, emperrou a tramitação porque pretendia aprovar uma CPMF modernizada.. A nomeação de Bernard Appy como responsável pelo acompanhamento da reforma indicou que o governo está empenhado na questão, e a aprovação do relatório de Ribeiro na comissão da Câmara mostrou que mudanças serão feitas. É impossível saber de antemão com que profundidade.

O governo defende alíquota única em um imposto geral de valor agregado que englobaria os federais, o ICMS estadual e o ISS municipal. As consultas do relator indicaram que se vai por um caminho diferente,

o do IVA dual, com um imposto reunindo PIS-Cofins e IPI, e outro, cobrado no destino e não mais na origem, aglutinando ISS e ICMS, que ficaria a cargo de Estados e prefeituras.

Politicamente, ao não interferir na questão federativa, a divisão de IVAs é mais assimilável pelo Congresso, governadores e prefeitos.

A proposta do relator inclinou-se pela PEC 110 ao admitir várias alíquotas, e não só uma -sua quantidade dependerá da barganha política e da força dos lobbies. Até agora, há a possibilidade de até 5 alíquotas. Ribeiro incorporou regimes favorecidos aceitos pela Constituição, como agropecuária, agroindústria, saúde, educação, cesta básica, transporte coletivo e outros. Todo esse capítulo está em aberto.

Um dos pilares da reforma é redistribuir a carga tributária, sem aumentá-la, aliviando a indústria, a mais taxada e ampliando a fatia dos serviços e da agropecuária. Se a alíquota for única, estima-se um IVA com alíquota de 25%. O número é assustador e usado para criticar a proposta, mas trata-se apenas da carga de **impostos** que já é cobrada dos cidadãos. O forte lobby agropecuário no Congresso pretende manter baixa carga, e o do setor de serviços não quer pagar mais de 12%. Estudos de especialistas respeitados mostram que com alíquota única no fim das contas ninguém sairá perdendo. Mas é bem provável que os parlamentares sejam sensíveis a essas demandas setoriais.

As exceções não se esgotam aí. O Congresso aceitou incentivos fiscais dos Estados até 2032, logo o período de transição, originalmente de 6 anos (dois para entrar em vigor o IVA federal e quatro, o estadual) deve subir para 10 anos ou mais. Outra ginástica terá de ser feita para manter os criticados benefícios da Zona Franca de Manaus, prorrogados a perder de vista (2073). Cogita-se cobrar imposto seletivo (previsto para desestimular produtos nocivos à saúde e ao ambiente) de automóveis e produtos eletroeletrônicos vendidos fora da Zona Franca, para garantir as isenções a ela concedidas.

A saída para o Simples, o regime simplificado, é interessante. Será aberta a possibilidade de aderirem ao IVA, creditando-se dos **impostos** pagos quando da venda de seus bens e serviços a empresas. Isso não é

vantajoso a quem vende diretamente a pessoas físicas mas, de qualquer forma, estimula-se parte dos que utilizam do maior benefício fiscal do país a contribuírem com maior arrecadação.

Como o governo não tem base extensa para obter 308 votos para sua aprovação, a reforma será a possível. Se for inviável a aprovação de IVA único, com alíquota única e sem exceções, o IVA dual, com três alíquotas e o mínimo de setores excetuados já seria um enorme avanço em relação ao regime vigente.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5  
&section=5](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5&section=5)**

# Brasil mais próximo de ter uma reforma tributária justa - BRASIL NA PAUTA

**JOSÉ OSMANDO DE ARAÚJO, JORNALISTA**

Conhecido o relatório apresentado esta semana pelo deputado Aguinaldo Ribeiro, a Câmara dos Deputados parece mesmo disposta a começar, já na primeira semana de julho, a votação da **reforma tributária**, uma questão há muito debatida e sempre apontada como de necessidade extrema para a economia nacional. A ideia é que a primeira fase da reforma, aquela que pretende simplificar e aliviar a tributação sobre o consumo, vá a votação antes de que se inicie o recesso parlamentar de meio de ano.

Há muitas esperanças de que finalmente surja uma reforma capaz de corrigir severas distorções, atenuando os encargos da maioria das atividades de produção e garantido que o conjunto da sociedade, que paga **impostos** elevados sobre os bens que consomem no seu dia a dia, seja finalmente reparado, pelo advento de uma legislação justa, que imponha mais obrigações aos mais ricos e alivie os mais pobres. E que permita que todos os que produzem, geram riqueza para a nação e empregos para os brasileiros, possam ter segurança de justiça e transparência.

## REGIME MAIS PROGRESSISTA

O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, traduziu a **reforma tributária** defendida pelo governo como um regime mais progressista, em que os ricos paguem proporcionalmente mais **impostos** que os pobres, inclua estes no Orçamento e proporcione desenvolvimento ao país. Foi com esse espírito e essa disposição que ele apresentou ao Comitê Monetário e Financeiro do FMI, no mês de maio, um resumo das propostas do governo para a economia, expressando o compromisso de colocar os pobres para o orçamento e os ricos para dentro do sistema tributário. E parece ser nesta direção que o governo trabalha junto ao Congresso Nacional para permitir a aprovação de uma **reforma tributária** que repare distorções e resulte em mudanças estruturais na economia brasileira. O ministro citou como resultados a simplificação da legislação e dos procedimentos, o fim da guerra fiscal entre estados e o aumento da transparência e da justiça no sistema.

## DUAS FASES

A **reforma tributária** está prevista em duas fases. No primeiro semestre, o governo pretende reformular os **impostos** sobre o consumo, criando um imposto sobre valor adicionado (IVA) dual (uma parte arrecadada pela União e outra por estados e municípios). No segundo semestre, o governo pretende reformar o Imposto de Renda e a tributação dos lucros de empresas. Ninguém fica fora desse debate, pois parece consenso que o Brasil é um dos piores países do mundo quando o assunto é o pagamento de **tributos**. Aqui, paga-se **tributos** de quatro formas: sobre a renda, o trabalho, o patrimônio e o consumo.

A tributação sobre o consumo, aplicada a serviços e mercadorias, é complexa, ineficiente, injusta, promove distorções na economia e amplia desigualdades. Esses problemas têm impactos sobre o dia a dia de todas as pessoas que vivem no país, prejudicando o ambiente de negócios e o desenvolvimento da economia, além de interferirem na capacidade dos governos de investir em políticas públicas - como escolas e hospitais, que são demandas sempre crescentes. E o pior, criam um ambiente obscuro, pois reduzem a transparência para os cidadãos, que não sabem o que e quanto pagam. E nem, do mesmo modo, quem não paga ou sonega, estes, especialmente nos círculos de poder econômico e influência política. Toda essa confusão só faz pesar no bolso daqueles que pagam sobre tudo que consome, especialmente as pessoas de menor poder aquisitivo.

## TRÊS ALÍQUOTAS

Além de apontar para a tributação dos mais ricos, ou das grandes fortunas, como se queira chamar, o relatório da **reforma tributária**, apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro, aponta para a indicação de três alíquotas.

Uma geral, outra reduzida para setores considerados especiais e específicos, a exemplo de educação, saúde e transporte, e outra para um patamar mais elevado, alcançando produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Há, ao final das contas, depois de históricos embates, intermináveis cobranças e muitas promessas, a esperança forte de que o Brasil possa ter uma **reforma tributária** justa, necessária e adequada à realidade nacional.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20230609#page/>

# Reforma Tributária promete simplificar sistema e substituir impostos

A proposta em discussão na Câmara dos Deputados da **Reforma Tributária** do país visa extinguir cinco **impostos** e substituí-los por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Duplo. Se passar, o que deverá mudar? Atualmente, cinco **impostos** incidem sobre produtos e serviços e serão substituídos: o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), PIS/Pasep (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto Sobre Serviços).

"O sistema proposto é o da não cumulatividade. Se tem uma alíquota que é creditada dos insumos na entrada dos bens e serviços e debitada da venda. Só que o setor de serviço não tem insumos. A maior despesa é a folha de pagamento, que não gera este crédito. Não tem como a gente tributar da mesma forma uma indústria é uma empresa prestadora de serviço por conta da questão dos insumos", disse Diogo Chamun, diretor da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

O especialista aponta que o atual gera insegurança jurídica, levando a disputas tanto entre entes federativos quanto entre contribuintes e o governo. Além disso, alguns **impostos** são cumulativos, o que encarece produtos de cadeias produtivas mais longas.

A reforma propõe substituir esses **impostos** por um IVA Duplo, chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O IBS será gerido pela União, estados e municípios. Embora a proposta inicial fosse criar um imposto único, a versão dual foi adotada para atender às demandas dos diferentes entes federativos.

"O Brasil precisa simplificar. A reforma tem que alavancar a economia, não travá-la. Se vamos calcular **impostos** dobrados durante esse período de transição, considerando os dois modelos, isso vai trazer uma simplificação? Isso vai diminuir essas horas que a gente gasta calculando e pagando **impostos**? É uma reflexão que precisa ser feita. Existe a necessidade de um período em que se faça uma migração de um sistema para o outro, mas de 5 a 10 anos nos parece demasiado. E precisamos deixar claro que a **reforma tributária** não afeta somente as

empresas, mas também o cidadão comum", destacou.

Ainda segundo Chamun, as propostas da reforma trazem atividades diferentes sendo tratadas da mesma maneira e sendo tributadas com a mesma alíquota e essa é uma grande distorção. "A gente precisa de uma **reforma tributária** que foque essencialmente na simplificação, que foque na redução da complexidade e da burocracia com o objetivo de destravar a economia", afirma.

Com o novo modelo, não haverá mais diferenciação entre tributação de produtos e serviços. O IBS será de base ampla, tributando todos os produtos e serviços, eliminando as complexidades existentes.

Os **impostos** criados pelo IBS serão não-cumulativos, o que significa que o imposto pago em gastos relacionados à atividade econômica dará direito a crédito. Isso acaba com a incidência de imposto sobre imposto ao longo da cadeia produtiva.

A proposta também prevê alíquotas diferenciadas para alguns setores, como saúde, educação, transporte público, aviação regional e produção rural. Além disso, sugere-se a criação de um imposto seletivo para desencorajar o consumo de produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como cigarros e bebidas alcoólicas. A reforma manterá benefícios fiscais, como os da Zona Franca de Manaus, considerados essenciais para o desenvolvimento da região Norte. O Simples Nacional também será mantido como um instrumento relevante no combate à informalidade.

O texto da **reforma tributária** será votado na Câmara dos Deputados em julho. Após a aprovação na Câmara, seguirá para o Senado. A proposta busca simplificar o sistema tributário, tornando-o mais eficiente e reduzindo a burocracia, o que pode trazer benefícios para o desenvolvimento econômico do país.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/09-06-2023-edicao24590/>

# Avaliação de subsídios deve sair até julho

O governo quer divulgar em julho o resultado da avaliação de oito programas que utilizam subsídios da União, na forma de descontos ou isenções de **impostos**, de juros subsidiados ou juros equalizados. Estão na mira, por exemplo, deduções do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para gastos com ciência e tecnologia ou com Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi).

O trabalho, a cargo do Ministério do Planejamento, tem por objetivo melhorar a qualidade do gasto público, disse o secretário de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas, Sérgio Firpo. Não necessariamente significará o corte desses programas, mas fornecerá subsídios para formar decisões.

Estão em fase de finalização os relatórios de avaliação sobre Fundo da Marinha Mercante, Fundo de Terras (que financia reordenação fundiária e assentamentos rurais), Programa de Financiamento às Exportações, desoneração do biodiesel, Programa Nacional de Apoio à Cultura, Programa Universidade Para Todos (Prouni) e as deduções do IRPJ das despesas com ciência e tecnologia e Fapi.

A avaliação complementa a divulgação do Orçamento de Subsídios da União, ocorrida na quarta-feira. Em 2022, o conjunto de gastos tributários e de despesas realizadas para subsidiar ou equalizar taxas de juros ou assumir dívidas somou R\$ 581,5 bilhões, ou 5,86% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5&section=5>

# Governo quer retirar do projeto de desoneração da folha com extensão do benefício para municípios

**Brasília**

/  
**Bruna Lima, do R7, em Brasília**

Representantes do governo no Congresso articulam retirar do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento a inclusão dos municípios entre os beneficiados com a isenção. O senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator da proposta que contempla os 17 setores que mais empregam, incluiu no parecer as cidades com até 142 mil habitantes. Atualmente, os 17 setores beneficiados, que incluem áreas como tecnologia da informação, construção civil, comunicação social, transporte público, têxteis, couro, calçados e call center, empregam quase 9 milhões de trabalhadores.

O projeto original não contemplava os municípios. O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), fez um pedido de vista para adiar a votação, até que o impasse seja resolvido. Segundo o senador, integrantes do governo apoiam a proposta de manter a desoneração aos atuais 17 setores, mas seria necessário "arredondar o texto" antes da votação. Agora, ele costura um acordo com o relator para que o trecho que beneficia os municípios seja retirado do texto e incluído em outra proposta.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Apesar da articulação, não há uma sinalização de que o relator exclua os municípios do parecer. Angelo Coronel propôs reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha dos municípios de 20% para 8%.

"Embora sejam entes federados, [os municípios] são tratados como empresas para fins de recolhimentos de contribuições previdenciárias, ao não possuir capacidade financeira para instituir regimes próprios, e, paradoxalmente, não estão contemplados em políticas públicas similares à desoneração", justificou o

relator.

A ideia do relator é atingir municípios que não são contemplados com a reserva do Fundo de Participação dos Municípios. Se for aprovada, a medida vai atingir mais de 3 mil municípios, que somam cerca de 40% da população brasileira. A estimativa é que o governo federal deixe de arrecadar entre R\$ 9 bilhões e R\$ 11 bilhões anualmente se os municípios forem incluídos na proposta.

A inclusão é considerada um grande "jabuti" pelo governo, jargão usado quando uma matéria considerada estranha é adicionada ao texto original. Não há perspectiva, por parte do governo, de englobar esse grupo dentro do projeto da exoneração, que foi adicionado em um momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trabalha para atingir as metas do novo marco fiscal, com medidas para aumentar a arrecadação e cortar renúncias fiscais.

Os prefeitos, no entanto, pressionam o Congresso para manter o grupo no projeto da desoneração da folha de pagamento.

O autor da proposta, senador Efraim Filho (União-PB), sustenta ser urgente a manutenção da desoneração dos atuais 17 setores contemplados para depois ampliar o debate da concessão a todos os setores econômicos na reforma.

"Se não podemos ainda chegar ao ideal, prorrogar para esses 17 setores é importante, até porque o governo já não dispõe dessa receita e, então, não pode dizer que haverá renúncia de receita. Ele já não conta com ela. É importante balizar esse entendimento para evitar se falar que se fere o equilíbrio fiscal do Brasil nesse sentido."

A expectativa é que haja uma prorrogação da desoneração antes de uma inclusão do tema na **reforma tributária**.

Em maio, representantes dos 17 setores da economia que mais empregam lançaram um manifesto em favor da continuidade da desoneração da folha de pagamento. O documento defende a aprovação do

projeto de lei 334/2023, do senador Efraim Filho, que prorroga até 2027 o benefício fiscal, iniciado em 2011. O grupo se chama Desonera Brasil.

### ***beneficio-para-municipios-09062023***

"A política de desoneração da folha de pagamentos trouxe resultados expressivos para a economia do país ao reduzir o custo laboral e proporcionar maior dinamismo às empresas", diz o texto. Os setores que assinam o documento empregam mais de 8,9 milhões de trabalhadores e incluem áreas como tecnologia da informação, construção civil, comunicação social, transporte público, têxteis, couro, calçados e call center. Acesse aqui a íntegra do manifesto.

Atualmente, 17 setores da economia têm direito à isenção da folha. Trata-se de uma concessão ao empregador que fica apto a escolher contribuir a partir do cálculo total da folha de pagamento ou pela receita bruta da empresa.

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

A isenção foi criada pela lei 12.546/2011 com o objetivo de estimular a geração e a manutenção de empregos, além de aumentar a competitividade das empresas por meio da diminuição dos custos com funcionários.

Quando a medida entrou em vigor, 56 setores eram contemplados, mas o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) sancionou, em 2018, uma lei que removeu 39 segmentos do regime. A medida valeria até 2021, mas o prazo foi prorrogado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

São beneficiados os seguintes setores: calçados, call center, comunicação, confecção, construção civil, construção de obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Como forma de compensação pela prorrogação da desoneração, a proposição prevê a protelação do aumento em 1% da alíquota da Cofins-Importação, que tem arrecadação estimada em R\$ 2,4 bilhões, até dezembro de 2027.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/governo-quer-retirar-do-projeto-de-desoneracao-da-folha-com-extensao-do>

# Aposta de deflação em junho ganha força entre economistas

Anais Fernandes e Lucianne Carneiro

A surpresa ainda mais positiva com o IPCA de maio do que o antecipado, a previsão de uma **inflação** comportada de alimentos e a expectativa de queda nos preços dos carros no curto prazo colocaram no horizonte a possibilidade de o Brasil registrar deflação em junho. Se confirmada, será a primeira queda mensal do IPCA desde setembro de 2022, quando houve deflação de 0,29%, forçada pelo corte de **impostos** promovido pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) em meio à corrida eleitoral.

Economistas já tinham se animado com o IPCA-15 de maio, prévia do indicador, que subiu 0,51%, bem abaixo da expectativa mediana do Valor Data, de 0,64%. Para o IPCA cheio, a estimativa era de desaceleração de 0,61% em abril para 0,33% em maio, mas a alta foi ainda menor, de 0,23%.

Com o resultado, muitas casas revisaram suas expectativas para o IPCA de 2023, aproximando as estimativas de 5% ou até levando abaixo disso. O Credit Suisse reduziu de 5,5% para 5%, enquanto a consultoria BRCG e o banco UBS BB cortaram de 5,1% e 5%, respectivamente, para 4,9%. A MB Associados e o Banco Original mudaram para 5,3% e 5,2%, pela ordem. O Barclays, a LCA Consultores e a G5 Partners reduziram a 5,4%.

"A abertura qualitativa mostrou continuidade da melhora na composição", diz Andréa Ângelo, economista-chefe para **inflação** da Warren Rena, a respeito do IPCA de maio. A casa, que cortou sua projeção para o ano de 5% para 4,8%, espera deflação de 0,09% em junho.

A projeção preliminar do Barclays para o mês está em torno de zero. A estimativa se baseia na expectativa de alguma deflação na alimentação no domicílio - que pode ganhar força com safras recorde e com a queda dos preços agrícolas no atacado -, além de variações negativas nos transportes, por causa do programa de redução temporária nos preços de alguns veículos novos, anunciado pelo governo nesta semana.

"Embora o efeito total que esse programa possa ter nas leituras mensais de **inflação** nas próximas semanas permaneça incerto, ele deve ser neutro em 2023, considerando sua natureza temporária", pondera

Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil.

André Almeida, analista do IBGE responsável pelo IPCA, diz que a **inflação** de junho pode captar, nos carros novos, os efeitos do pacote, mas pondera que é preciso aguardar o resultado efetivo. "O IBGE vai buscar junto aos informantes o preço que efetivamente será pago pelo consumidor final. Mas vai ter que aguardar como vai se comportar na prática", afirma.

A redução temporária nos preços dos automóveis novos deve ter efeito baixista pontual na **inflação** entre junho e julho e alguma devolução de preços entre agosto e setembro, explica Ângelo, da Warren Rena, mas pode deixar um impacto baixista permanente para os valores dos veículos usados.

Após a divulgação do IPCA de maio, o J.P. Morgan revisou sua projeção para a **inflação** em junho de 0,35% para 0,06%, citando a **contribuição** dos preços em queda do etanol, mas, principalmente, a medida para veículos. "Agora prevemos que vai reduzir os preços em 6% neste mês, em vez de julho, como presumido anteriormente", escrevem os economistas Vinícius Moreira e Cassiana Fernandez em relatório.

A MCM Consultores, que também trabalha com a premissa de reduções médias de 6% dos preços dos veículos novos e usados, prevê deflação de 0,1% no IPCA de junho.

Para a LCA Consultores, que espera **inflação** de 0,07% neste mês, além de novo alívio de itens "in natura" na alimentação no domicílio e dos primeiros efeitos dos descontos para carros novos, devem contribuir ainda a queda nos preços do gás de cozinha, a superação dos efeitos altistas da entrada de novas coleções em vestuário e uma desaceleração sazonal de higiene pessoal e de produtos farmacêuticos.

"Tem risco de deflação em junho, sim", reconhece Fábio Romão, economista da consultoria. Sua projeção inclui, por exemplo, queda parcial nos preços de automóveis novos e usados. "Mas pode vir toda a queda em junho", afirma.

A XP, que tinha projeção de 0,18% para o IPCA de junho, também diz que o viés é baixista e está, preliminarmente, em 0,04%. "Não ficaríamos

surpresos se tivéssemos uma deflação", diz o economista Alexandre Maluf.

A queda da gasolina (-1,93%), por exemplo, no IPCA de maio veio menor do que a XP previa. "Esperávamos um repasse mais rápido aos consumidores após os cortes da Petrobras nos preços do gás de cozinha e da gasolina em 16 de maio", diz Maluf. Parte desse repasse deve acabar ficando para junho,

contribuindo para um IPCA mais baixo, explica.

Por outro lado, destaca Secemski, a recente mudança no ICMS sobre a gasolina deve pressionar os preços dos combustíveis nas próximas semanas. A isso se seguiria a reoneração total dos **impostos** federais, prevista pelo governo, a princípio, para julho.

"Trabalhamos com deflação em transportes em junho, mas a alteração do cálculo do ICMS é um risco", afirma Helcio Takeda, diretor de pesquisa econômica da Pezco.

Junho também deverá representar o "vale" da **inflação** acumulada em 12 meses. Deve sair de 3,94% em maio para 3,12%, nas estimativas da Warren Rena, mas reacelerar para 4,04% em julho e voltar a ficar acima de 5% em setembro, conforme os cortes eleitorais de **impostos** no ano passado vão saindo da conta.

"Abertura [do IPCA] mostrou continuidade da melhora"  
Andréa Ângelo

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5  
&section=5](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5&section=5)**

# Pobres sentem inflação maior do que os ricos

**EDLA LULA, ROSANA HESSEL**

Os dados da **inflação** de maio trouxeram um alento aos cidadãos de classes mais baixas, que almoçam e jantam em casa, devido à desaceleração mais forte nos preços dos alimentos. Contudo, os reajustes no transporte público em várias cidades fizeram os pobres sentirem mais o impacto da carestia do que os mais ricos.

Conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial e tem como base as famílias com renda acima de cinco salários mínimos, desacelerou de 0,61% para 0,23%, entre maio e abril - dado bem abaixo das estimativas do mercado, de 0,37%.

Enquanto isso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador da carestia para as famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, recuou de 0,53% para 0,36%, no mesmo período.

A alta de preços de ônibus urbanos foi de 2,83% em maio, de acordo com o IBGE. Apesar disso, o grupo Transportes deu uma contribuição negativa de 0,12 ponto percentual no IPCA do mês passado - devido, principalmente, às quedas dos preços dos combustíveis (-1,82%) e das passagens aéreas (-17,73%), beneficiando os mais abastados e que não utilizam transporte público.

Conforme dados do IBGE, o grupo Alimentos e bebidas também influenciou bastante para a desaceleração do índice geral ao recuar de 0,71% para 0,16%, entre abril e maio. Segundo André Almeida, analista da pesquisa do órgão, "trata-se do grupo com maior peso no índice, o que acaba influenciando bastante no resultado geral".

O subgrupo de alimentos registrou quedas de 3,48%, nos preços das frutas; de 7,11%, no óleo de soja; e de 0,74%, nas carnes.

"Quando há uma redução nos preços de alimentos in natura e de itens básicos, isso acaba beneficiando consideravelmente a camada mais pobre da população, entre os que recebem até cinco salários mínimos ou que são beneficiários dos programas sociais, porque eles têm o seu poder de compra elevado", disse o economista Ecio Costa, professor titular de Economia na Universidade Federal de

Pernambuco (UFPE). Ele destacou ainda que, combinado com o reajuste do salário mínimo um pouco acima da **inflação**, o poder de compra dos pobres torna-se maior.

O economista e sociólogo, César Bergo, professor de Mercado Financeiro da Universidade de Brasília (UnB), ressalta, no entanto, que outros importantes itens da cesta dos mais pobres sofreram elevação, como o tomate (de 6,65%), o leite longa vida (2,37%) e o pão francês (1,40%). "Para uma família que consome mais pão, tomate e leite do que fruta e carne, o impacto da **inflação** continua sendo forte". Bergo destacou também que o índice do IBGE é uma média, resultado de altas e reduções de preços nos estados, "portanto, alguns estados estão observando **inflação** e outros, deflação".

Tanto no IPCA quanto no INPC houve alta em 15 das 16 capitais pesquisadas pelo IBGE. A maior variação do INPC, por exemplo, ocorreu em Belo Horizonte, de 0,79%, devido ao aumento de 25% do ônibus urbano. São Luís teve deflação de 0,33%, influenciada pelas quedas de 7,63%, nos preços do frango inteiro, e de 5,87% no custo da gasolina.

Para o economista Guilherme Costa Delgado, pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e consultor na área agrícola, embora os dados relacionados aos preços de alimentos estejam caindo neste ano, a tendência ainda é que a **inflação** de alimentos fique acima da média geral do IPCA, podendo girar em torno de 7%. Enquanto isso, as últimas revisões para baixo do mercado devido ao dado da **inflação** oficial de 2023 estão ficando cada vez mais perto de 5%.

Na avaliação de Delgado, autor do livro *Do capital financeiro na agricultura: a Economia do Agronegócio*, o país necessita de políticas públicas que contemplem o incentivo à diversificação na produção de alimentos, pois existe uma grande concentração de commodities, que ocupam 90% da área plantada e influenciam no preço da cesta básica. "Quando as commodities sobem no mercado global, sobe também o valor na cesta básica. Quando caem de preço no mercado internacional, o sistema econômico usa a desvalorização cambial para compensar os exportadores, mas onera os consumidores do mercado interno", disse. Ele defendeu melhor planejamento da produção para o mercado interno e a volta de estoques reguladores para ajudarem a conter as pressões inflacionárias dos alimentos.

**Site:**

**<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/06/09/all.pdf>**

# OCDE ressalta 'avanços' no acesso do Brasil

Paris - A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relatou progresso no processo de acessão do Brasil, além de outros países como Bulgária, Croácia, Peru e Romênia. A observação foi feita em **comunicado** sobre a reunião ministerial. "Continuamos nossa colaboração com parceiros e outros, inclusive por meio de programas regionais e nacionais, bem como sua adesão aos padrões da OCDE", afirmou no texto a organização, enfatizando "a importância do multilateralismo e da união para enfrentar os desafios globais e ir além de nossos membros atuais".

A reunião teve como tema "Garantindo um futuro resiliente: valores compartilhados e parcerias globais". O encontro que foi encabeçado pelo Reino Unido na presidência, com Costa Rica e Nova Zelândia como vices, condenou a invasão da Rússia à Ucrânia e reafirmou valores da comunidade, como na Declaração de Visão, além de diversidade e inclusão.

A instituição também destacou a importância de uma **reforma tributária** no sistema internacional e seu papel vital na entrega de uma economia com "zero emissão de carbono". Outros pontos abordados foram o compromisso no Acordo de Paris e a entrega do Pacto Climático de Glasgow e do Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh.

"Esperamos resultado ambicioso e bem-sucedido da COP 28", afirmou a instituição.

Também ontem a OCDE divulgou a taxa de desemprego nos países da Organização. O índice ficou estável em 4,8% pelo terceiro mês consecutivo em abril. Assim, o número de desempregados nas economias do grupo recuou a 33 milhões, perto da mínima histórica marcada em julho do ano passado.

Entre os 38 países integrantes do bloco, dez registraram estabilidade na taxa enquanto 14 tiveram queda e outros nove apresentaram avanços. O indicador ficou no menor nível da história ou próximo dele em oito países em abril, entre estes Canadá, França, Alemanha e Estados Unidos. A OCDE igualmente acrescentou no documento que em abril o desemprego "jovem" também alcançou uma mínima histórica de 6,5%, estável ou em queda em todos os países da zona do euro, exceto Áustria, Estônia, Finlândia e Grécia. "No entanto, as taxas de desemprego permanecem bem acima de seus níveis mais baixos na Grécia, na Lituânia, em Luxemburgo e na Espanha", ressaltou por fim a instituição.

**Site:**

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo  
/?flip=acervo](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo)**

# Desemprego estável na OCDE

A taxa de desemprego nos países OCDE ficou estável em 4,8% em abril, pelo terceiro mês consecutivo, de acordo com dados da entidade sediada em Paris. Assim, o número de desempregados nas economias do chamado de clube dos ricos recuou para 33 milhões, perto da mínima histórica marcada em julho do ano passado. Entre os 38 integrantes da OCDE, 10 registraram estabilidade na taxa, enquanto 14 tiveram queda e nove observaram avanço, conforme a organização. O indicador ficou no menor nível da história ou próximo dele em oito países em abril, entre eles Canadá, França, Alemanha e Estados Unidos. A OCDE ainda prevê desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**) global, passando de 3,3%, em 2022, para 2,7%, em 2023. A entidade aposta em uma "modesta" aceleração para 2,9%, em 2024, mas alerta que "a retomada permanece frágil".

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/09/all.pdf>

# Inflação menor e regra fiscal derrubam juro futuro

Os sinais de alívio na **inflação** corrente e a melhora na percepção sobre as contas públicas, resultante do novo arcabouço fiscal e de um crescimento econômico mais forte, abriram espaço para uma queda relevante dos juros futuros neste ano. As taxas de médio e de longo prazos alcançaram, nesta semana, os menores níveis desde dezembro de 2021, em um movimento que já afeta também os juros de vencimentos mais curtos, cliente da expectativa crescente de que a Selic pode começar a cair já em agosto e ficar abaixo de 10% em 2024.

Da máxima do ano até o pregão de quarta-feira, a taxa dos contratos de DI para janeiro de 2029 caiu 2,69 pontos percentuais, passando de 13,62% em 2 de março para 10,93%. Ao mesmo tempo, a diferença em relação aos juros americanos de longo prazo diminuiu, num sinal de que parte do prêmio de risco que estava embutido nos ativos brasileiros começou a desaparecer.

Divulgado na quarta-feira, o IPCA de maio foi mais um indicador que ajudou a desenhar um cenário de desinflação mais intenso que o projetado até então pelo mercado. Se o arcabouço fiscal deu o pontapé inicial para a queda dos juros futuros, a melhora da dinâmica inflacionária ajudou as taxas negociadas a romperem níveis importantes e se aproximarem do patamar dos 10%.

Assim, ganharam força as apostas de que a Selic pode começar a ser reduzida em agosto e já começa a se observar um debate sobre o ritmo de ciclo de redução da taxa. No fechamento de quarta-feira, o mercado embutia nos preços cerca de 80% de chance de uma redução de 0,25 ponto percentual no juro básico em agosto, embora alguns economistas já acreditem num corte maior.

"Havia um pessimismo muito grande, principalmente na parte fiscal, mas, desde que o arcabouço foi lançado, os cenários de cauda que o mercado estava precificando foram afastados, apesar de o projeto não ser um primor", diz o sócio e gestor dos fundos multimercado e de renda fixa do Bahia Asset Management, Thiago Mendez. Página C1

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187571?page=5&section=5>

# Fazenda já vê alta do PIB acima de 2,4%

**Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana**

Impulsionado pelo desempenho acima do esperado da economia brasileira no primeiro trimestre deste ano e pelas medidas adotadas para estimular o crédito e reduzir a inadimplência das famílias, o governo deve revisar para acima de 2,4% a sua projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023.

A próxima revisão da estimativa oficial deverá ser feita em meados de julho, pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. Na última revisão, no mês passado, a secretaria revisou a projeção para 1,9%, ante 1,6% estimado em março.

Segundo apurou o Valor, técnicos da Fazenda entendem que somente o carregamento estatístico é capaz de gerar crescimento de 2,4% para a economia neste ano. Ou seja, esse será o desempenho do **PIB** em 2023 se o avanço no restante do ano for igual a zero.

Contam a favor da revisão para cima do **PIB** o desempenho do setor agropecuário, o aumento do salário mínimo (de R\$ 1.302 para R\$ 1.320 a partir de maio), a desaceleração da **inflação** e as medidas para estimular o crédito e reduzir a inadimplência das famílias, como o programa Desenrola.

A economia cresceu mais que o esperado no primeiro trimestre, com alta de 1,9%, impulsionada pelo setor agropecuário. Com o resultado, economistas estimam agora expansão de 1,68% para o **PIB** de 2023, segundo a mediana do relatório Focus, do Banco Central - uma semana antes, a expectativa era de crescimento de 1,26%. O mais otimista dos analistas consultados espera avanço de 3%.

As medidas de crédito e redução do endividamento, contudo, devem ter impacto somente a partir do último trimestre deste ano, já que o Desenrola começará a ser implementado de fato a partir de julho e parte das medidas do pacote de crédito anunciado pelo governo em abril depende de aprovação legislativa.

Anunciado na segunda-feira (5), o Desenrola deverá devolver cerca de 1,5 milhão de pessoas ao mercado de crédito. São aquelas que se encontram "negativadas" por causa de dívidas de até R\$ 100. Essas pessoas poderão renegociar suas dívidas e voltar a tomar crédito de imediato.

A alta inadimplência das famílias é vista na área

econômica como um dos principais empecilhos para a retomada de níveis de atividade mais vigorosos.

O outro grande problema é a falta de crédito para as empresas, seja pela via bancária, seja por meio do mercado de capitais. Na avaliação dos técnicos, esse é um dos motivos pelos quais o nível de investimento recuou 3,4% no primeiro trimestre deste ano em relação aos últimos três meses do ano passado. Neste caso, a expectativa do governo é que as medidas de facilitação ao crédito já anunciadas e a redução das taxas de juros contribuam para reverter esse quadro.

Técnicos da Fazenda também ressaltam que os números dos setores de comércio e serviço ainda não estão "bons", mas avaliam ser possível uma recuperação até o fim do ano.

Pelo lado da **inflação** medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a SPE deve revisar a sua projeção para baixo, segundo apurou o Valor. Em maio, a secretaria estimou que o índice encerraria o ano em 5,58%, percentual acima da projeção feita em março, que era de 5,31%.

A revisão para baixo deve acontecer mesmo com a reoneração do diesel a partir de setembro, porque, na avaliação de técnicos da Fazenda, o impacto deve ser absorvido pela queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Apesar de não ter mais a política de Preços de Paridade de Importação (PPI), a Petrobras continua usando o Brent como uma de suas referências para definir o preço dos combustíveis no mercado interno.

As novas projeções da SPE para **PIB** e **inflação** servirão de base para projetar o desempenho de receitas e despesas do governo federal. As novas estimativas devem ser apresentadas até 22 de julho.

1,9% é a atual previsão da SPE para alta do **PIB**

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571?page=5&section=5>

# Pequenos negócios geram quase 80% dos empregos

São Paulo - Os pequenos negócios continuam na liderança da geração de empregos do país com 76% dos 180 mil postos de trabalho criados em abril. Um levantamento feito pelo Sebrae com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que as pequenas e microempresas geraram 136,3 mil vagas em abril. No mesmo período os negócios de médio porte foram responsáveis pela abertura de 33,8 mil postos, e a administração pública, por 4,6 mil. Os pequenos negócios de todos os segmentos da economia registraram aumento de contratos de trabalho, mas o que mais se destacou foi o setor de serviços, que respondeu por seis de cada dez novas oportunidades, com a criação de 69,4 mil vagas.

A construção está em segundo lugar, com 25,1 mil, seguida do comércio, com 24,5 mil vagas abertas em abril.

A indústria de transformação gerou 11,3 mil postos. A agropecuária registrou saldo de 4,2 mil, a indústria extrativa mineral, 886, e os serviços industriais de utilidade pública, 794. "Mais uma vez o segmento de pequenas e microempresas mostra sua importância. Após o impulso de 1,9% do PIB no primeiro trimestre deste ano, a expectativa é que o resultado seja ainda melhor nos próximos meses e que um número maior de novos postos seja criado", afirmou Décio Lima, presidente do Sebrae.

Entre janeiro e abril foram geradas 705,7 mil oportunidades, das quais 540,5 mil foram de responsabilidade das pequenas e microempresas. As médias e grandes criaram 83,2 mil postos de trabalho, o equivalente a 11,7% do total no período.

"Os pequenos negócios continuam mantendo a regularidade de participação no volume de novos empregos nos últimos anos. Em fevereiro, o segmento chegou a representar 85% das vagas", observou Lima. No primeiro quadrimestre de 2023, os pequenos negócios do setor de serviços geraram 312,3 mil vagas, seguidos por construção, com 110,8 mil, e indústria de transformação com 94,3 mil.

O comércio, mesmo tendo saldo positivo nos últimos dois meses, ainda tem saldo negativo de 15,6 mil vagas no acumulado do ano, resultado atribuído às demissões de janeiro, período de desligamentos

decorrentes de contratações temporárias de fim de ano.

540,5 mil novos postos. Número é relativo a empresas de menor porte, dentro das 705,7 mil do quadrimestre

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

# E se trabalhássemos menos?

**JHULLY COSTA** [jhully.costa@zerohora.com.br](mailto:jhully.costa@zerohora.com.br)

Empresas começam a testar jornada de quatro dias semanais para aumentar o bem-estar, mas sem perder produtividade

A partir deste mês, empresas brasileiras de diferentes segmentos poderão participar de um estudo para testar a redução da jornada de trabalho de cinco para quatro dias semanais. Esse modelo já vem sendo adotado no Brasil e em outros países, com o objetivo de aumentar a produtividade e melhorar a saúde mental e o bem-estar dos colaboradores. A iniciativa será desenvolvida pela organização sem fins lucrativos 4 Day Week Global e pelo Boston College, em parceria com a Reconnect Happiness at Work, uma companhia de São Paulo especializada em felicidade corporativa e liderança positiva.

Renata Rivetti, fundadora e diretora da Reconnect, explica que o projeto teve início em 2018, quando Andrew Barnes, fundador da empresa financeira Perpetuai Guardian, da Nova Zelândia, passou a buscar formas de aumentar a produtividade de sua companhia e testou a redução da jornada de trabalho, obtendo resultados positivos.

A iniciativa prevê que o modelo adotado nas empresas siga o padrão 100-80-100, ou seja, os empregados recebem 100% do salário, trabalhando 80% do tempo e mantendo 100% da produtividade.

- Temos indicadores bem ruins de saúde mental, existe uma sobrecarga de trabalho e percebemos que as pessoas estão sofrendo, então precisamos de mudanças estruturais. Trabalhamos muito, mas somos pouco

produtivos e perdemos tempo com processos que poderiam ser automatizados - defende Renata.

Nos dois primeiros meses do estudo, o foco será em disseminar informações acerca do funcionamento do modelo. Em agosto, começará o cadastramento das companhias que efetivamente participarão e, em setembro, a preparação para o estudo. Nessa etapa, serão realizadas pesquisas e análises junto ao Boston College a fim de entender como está a produtividade e a saúde mental dos colaboradores antes do início dos testes, que será em novembro, com duração de seis meses.

Desde que os testes no Brasil foram divulgados, cerca

de 400 companhias de diversos Estados já se cadastraram para receber informações prévias a respeito do modelo.

## Benefícios

Na avaliação de especialistas, a redução da jornada traz benefícios tanto para os funcionários quanto para as empresas que adotam a medida. Manoela Ziebell de Oliveira, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde e da Vida da PUCRS, comenta que estudos realizados em outros países já mostram maiores níveis de satisfação e engajamento com o trabalho entre as pessoas que têm

## GZH

a oportunidade de usufruir da semana com quatro dias.

Conforme ela, geralmente, quem trabalha em regime de cinco dias, precisa resolver questões práticas ou problemas no sábado para, somente no domingo, conseguir descansar. Portanto, Manoela considera que o primeiro benefício efetivo seja justamente o fato de que o empregado passa a ter um dia útil para cuidar de suas demandas pessoais. Ela alerta, no entanto, que, para que o modelo funcione, é preciso que a demanda de atividades esteja de acordo com o número de horas trabalhadas.

## Custos

Do ponto de vista dos custos das empresas, o impacto é muito pequeno, afirma o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS Cássio Calvete, que faz pós-doutorado na Universidade de Oxford sobre a redução da jornada de trabalho.

- O impacto de custo é desprezível, enquanto para a sociedade, para as relações sociais, para a saúde mental e física, há um ganho enorme. Mas as empresas costumam ver como um aumento de custo porque terão que pagar o mesmo salário para os funcionários trabalharem menos horas, e também porque podem ter que contratar mais - comenta.

Calvete acrescenta que, em 1998, a França teve uma experiência de redução de jornada de 39 para 35 horas semanais, que gerou crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e aumento da produtividade nas empresas.

"Todo mundo está mais feliz"

No Rio Grande do Sul, a agência de comunicação Shoot, criada em Porto Alegre, adotou a redução de jornada no final de janeiro de 2022, após realizar alguns testes no ano anterior. O sócio-fundador Luciano Braga explica que, inicialmente, optaram por fechar toda a empresa na sexta-feira, mas perceberam que a medida não era a mais adequada. Então, decidiram dividir os funcionários: o setor de atendimento trabalha de segunda a quinta-feira, enquanto o de criação atua entre terça e sexta-feira. Desta forma, os clientes não ficam nenhum dia sem suporte.

Após quase um ano e meio, Braga garante que a empresa consegue entregar os mesmos resultados e que foi possível constatar que a produtividade permanece igual ou é maior. Além disso, em uma pesquisa com os clientes, a agência confirmou que a entrega continua com a mesma qualidade e ainda mais organizada.

- Tem sido ótimo, não há nada a reclamar. No panorama geral, todo mundo está mais feliz, descansado, com mais qualidade de vida e percebendo um aumento de autogestão de foco. Nós organizamos o processo de trabalho para caber em quatro dias e as pessoas também ficaram mais focadas e organizadas, porque sabem que não podem deixar as demandas para outros dias, então conseguem trabalhar melhor.

Fundada em 2010, a Shoot atualmente conta com 12 funcionários, que estão espalhados pelo Brasil e pela Europa, portanto, atuam de forma 100% online. Segundo a equipe, a redução da jornada não impactou no salário nem em um aumento da demanda nos dias trabalhados.

- O trabalho não ficou pesado em quatro dias. Acho que o modelo nos leva a trabalhar de forma muito mais focada, porque sabemos que só tem quatro dias e que as tarefas são importantes, então conseguimos nos dedicar mais - avalia Manuella Graff, 31 anos, que trabalha como redatora sênior na Shoot.

A REPORTAGEM CONSULTOU REPRESENTANTES DE VÁRIAS ENTIDADES EMPRESARIAIS PARA VERIFICAR COMO AVALIAM A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA JORNADA DETRABALHO.

u

Se a produtividade diminuir, não vai funcionar. E não é simplesmente tirar um dia da jornada, tem que redesenhar o modelo de trabalho, rever processos do

dia a dia. Cada empresa tem suas particularidades, não é só seguir o modismo, tem que estudar, verse encaixa. Depende da empresa e do perfil do trabalhador.

ELIANE RAMOS

Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)

u

Defendemos a liberdade das empresas negociarem a jornada. Então, iniciativas partindo das próprias empresas representam exatamente o que defendemos.

É um desafio grande ter um ganho de 25% de produtividade, mas vai de cada empresa analisar e avaliar.

LUCAS SCHIFINO

Gerente de Relações Governamentais da Fecomércio-RS

U

Não sou contra os testes, porque tudo que está em fase de avaliação pode ir para um lado ou outro, mas hoje não teríamos margem para diminuir carga horária, já que toda a parte comercial teria ganhos menores. Já não é tão expressiva a remuneração, então se tivesse redução seria mais complicado.

ARCIONEPIVA

Presidente do Sindilojas Porto Alegre

u

Parece uma experiência um tanto quanto temerária. Parece que é deixado de lado nessas avaliações uma análise de que qualquer redução representa um aumento de custo para as empresas. Não é porque reduz a jornada que reduz a carga de trabalho.

GUILHERME SCOZZIERO

Coordenador do Conselho de Relações do Trabalho da Fiergs

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

# Megaleilão de títulos pré-fixados do Tesouro dá alívio à gestão da dívida

**Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo (Colaborou Augusto Decker)**

Embora a gestão da dívida pública ainda inspire cautela, especialmente diante dos desafios fiscais que se mantêm no cenário, a percepção de que o ciclo de flexibilização da política monetária se aproxima abriu espaço para uma queda relevante dos juros pré-fixados, o que tem sido aproveitado pelo Tesouro Nacional, com emissões cada vez mais expressivas. Como resultado, o megaleilão de títulos públicos realizado na quarta-feira foi bem recebido pelos agentes de mercado e consolidou um cenário de alívio.

O Tesouro encontrou espaço para realizar o maior leilão de pré-fixados desde abril de 2021, ao emitir R\$ 23,1 bilhões em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e notas do Tesouro Nacional, série F, com juros semestrais (NTN-Fs).

"No começo do ano, o cenário parecia bem mais desafiador e emitiu um sinal de alerta, já que o nível de emissões estava baixo e as condições de mercado estavam mais adversas. As coisas foram se acalmando e, nos últimos meses, o Tesouro conseguiu acelerar o ritmo de emissões", observa o economista Ítalo Franca, do Santander, ao apontar que os meses de março e abril já marcavam um nível de venda de títulos públicos pelo Tesouro maior que o observado em janeiro e fevereiro.

"E, nas últimas semanas, temos visto o Tesouro aproveitar uma janela de mercado positiva para continuar a emitir uma boa quantidade de títulos, mas agora focando nos pré-fixados. Vemos isso de forma positiva, até porque ainda temos um nível de incerteza muito grande pela frente", enfatiza.

Franca nota que o mercado tem migrado mais para títulos pré-fixados e nota que, assim, o Tesouro tem se concentrado nessa demanda dos agentes. "Antes, o Tesouro estava concentrando as emissões em pós-fixados, mas, com o mercado vendo uma melhora no ambiente de **inflação** e na medida em que a perspectiva de queda da Selic tem ganhado força, o Tesouro encontrou espaço para acelerar a colocação de papéis pré-fixados, o que vemos como algo positivo." Além disso, os leilões das últimas semanas têm mostrado uma tendência de o Tesouro continuar a

alongar o perfil da dívida, com a venda preferencial de papéis de prazo mais longo. Na quarta-feira, o megaleilão de títulos pré-fixados ajudou a consolidar, entre os agentes, um cenário de maior alívio em relação à gestão da dívida pública, ao menos no curto prazo.

Na avaliação do estrategista de renda fixa da BGC Liquidez, Daniel Leal, o IPCA de maio abaixo do esperado pelo mercado ajudou a reforçar o sentimento entre os agentes de que o ciclo de redução da Selic está próximo, o que abriu espaço para uma oferta robusta de títulos. "Neste momento, o mercado começa a ver o fim do ciclo de aperto da Selic e aproveita o nível das taxas, já que elas devem ceder no futuro próximo", afirma.

Mesmo com as emissões maiores, Leal nota que a demanda dos agentes do mercado pelos papéis tem sido bastante expressiva e, assim, a curva de juros não é pressionada em excesso pelas colocações maiores do Tesouro. "O que temos observado é que os leilões têm sido bem absorvidos pelo mercado. A curva de juros tem perdido nível nas últimas semanas", diz.

De acordo com Leal, o Tesouro deve buscar uma rolagem integral dos vencimentos da dívida neste ano e tentar manter o colchão de liquidez estável. "Mas ele deve surpreender positivamente ao rolar mais nos prefixados. Essa demanda forte pode fazer com que ele emita mais pré e deixe vencer uma parte maior da dívida flutuante", diz. Assim, para o estrategista, que já foi analista do Tesouro, a janela atual deve ajudar a melhorar a composição da dívida e apoiar o Tesouro no cumprimento do Plano Anual de Financiamento (PAF).

Ainda, de acordo com Leal, o volume grande de NTN-Fs sinaliza que os estrangeiros também estão participando da alta procura pelos títulos locais. "Pelo tamanho dos últimos leilões, é possível imaginar que deve estar ocorrendo uma participação de estrangeiros. Com a sinalização do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, alguns deles devem estar vindo", aponta.

"Mercado vê fim do ciclo de aperto da Selic e aproveita o nível das taxas" Daniel Leal

"Tesouro encontrou espaço para acelerar emissão de papéis pré, o que é positivo" Ítalo Franca

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187571>

# Combustível ameaça queda da inflação (Editorial)

A boa notícia da queda da **inflação** fica sob risco de não se repetir devido à alta dos combustíveis em junho. Isso, não pela pressão de mercado, mas por um problema que insiste em afetar a vida dos brasileiros: os **impostos**. Uma pesquisa realizada pela empresa Ticket Log até o dia 5 de junho identificou um aumento médio de 2,33% no preço dos combustíveis em todo o país após a nova regra de incidência do ICMS. Desde o dia 1º, em vez de alíquotas definidas localmente, passou a valer um recolhimento fixo e uniforme de R\$ 1,22 sobre o litro.

Em Belo Horizonte, por exemplo - onde se esperava que o litro da gasolina ficasse em R\$ 0,24 a nova alíquota representou uma alta de até R\$ 0,40 por litro. Isso significa um gasto adicional de R\$ 22, em média, a cada vez que o motorista for encher o tanque do carro.

A alta contraria a tendência de normalização dos custos com transporte após o relaxamento das restrições da pandemia. Outro estudo, sobre os indicadores de mobilidade da Valoe/Fipe, mostrou que, no primeiro trimestre deste ano, o peso da gasolina no orçamento familiar caiu para 5,9%, retomando ao patamar pré-pandemia.

A tendência também já havia sido detectada no IPCA de maio, divulgado pelo IBGE, na quarta-feira. O índice de 2,23% - 0,38 ponto percentual abaixo da **inflação** de abril - foi puxado em grande parte pelos gastos com transporte e combustíveis, que recuaram 0,57% no período.

Agora, impulsionados pela pressão dos **impostos**, os preços podem gerar efeito contrário na **inflação** de junho. A revisão do ICMS mirou a chamada "guerra fiscal" entre os Estados, mas acabou acertando os bolsos das famílias em todo o país.

A questão tributária é um problema histórico e grave, e o Brasil não pode ficar refém de soluções pontuais que provocam efeitos sistêmicos. Por isso é preciso que Executivo e Legislativo encarem com seriedade o momento de apreciação da **reforma tributária**.

Os contribuintes sentem no bolso as décadas de remendos e soluções tempestivas, que precisam ter um fim. E o momento é agora.

**Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>**